

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs, emitidas pelo IASB.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.969	27.149	Fornecedores		14.735	14.025
Títulos e valores mobiliários - vinculados	5	30.106	29.800	Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	7.626	7.210
Clientes	6	43.926	36.595	Arrendamento mercantil financeiro	13	900	855
Tributos a recuperar		280	134	Debêntures	14	117.748	119.285
Partes relacionadas - clientes	15	17	260	Obrigações sociais e trabalhistas		3.766	3.545
Despesas antecipadas	7	1.633	1.639	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		174	186
Outros créditos		<u>5.020</u>	<u>2.084</u>	Partes relacionadas - fornecedores	15	9.709	3.983
Total do ativo circulante		<u>112.951</u>	<u>97.661</u>	Credor pela concessão	18	15.663	14.603
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		10.705	8.570
NÃO CIRCULANTE				Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	20.e)	196.653	-
Tributos diferidos	11.a)	7.342	12.096	Provisão para manutenção	16	19.911	12.418
Depósitos judiciais	8	5.476	3.041	Provisão para construção de obras futuras	17	-	3.697
Partes relacionadas - clientes	15	13	7	Outras contas a pagar		<u>10.650</u>	<u>8.841</u>
Imobilizado	9	31.501	30.350	Total do passivo circulante		<u>408.240</u>	<u>197.218</u>
Intangível	10	<u>967.010</u>	<u>955.830</u>				
Total do ativo não circulante		1.011.342	1.001.324	NÃO CIRCULANTE			
				Arrendamento mercantil financeiro	13	190	1.060
				Debêntures	14	218.118	322.211
				Credor pela concessão	18	55.099	59.432
				Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		635	753
				Provisão para manutenção	16	41.229	43.402
				Provisão para construção de obras futuras	17	1.929	1.929
				Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	19	19.598	16.810
				Tributos diferidos	11.a)	3.498	4.487
				Outras contas a pagar		<u>3.274</u>	<u>3.810</u>
				Total do passivo não circulante		<u>343.570</u>	<u>453.894</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social:			
				Subscrito	20.a)	314.052	314.052
				A integralizar	20.a)	(11.505)	(11.505)
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações	20.d)	31	-
				Reserva de lucros - legal	20.c)	60.509	53.670
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	20.e)	<u>9.396</u>	<u>91.656</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>372.483</u>	<u>447.873</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.124.293</u>	<u>1.098.985</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.124.293</u>	<u>1.098.985</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
RECEITA LÍQUIDA	22	771.772	687.274
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(307.427)	(234.858)
LUCRO BRUTO		<u>464.345</u>	<u>452.416</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	23	(44.218)	(45.356)
Outras despesas		<u>(1)</u>	<u>-</u>
		<u>(44.219)</u>	<u>(45.356)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>420.126</u>	<u>407.060</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	12.019	7.758
Despesas financeiras	24	<u>(75.668)</u>	<u>(111.793)</u>
		<u>(63.649)</u>	<u>(104.035)</u>
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>356.477</u>	<u>303.025</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(109.991)	(87.584)
Diferidos	11.b)	<u>(3.768)</u>	<u>(9.946)</u>
		<u>(113.759)</u>	<u>(97.530)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>242.718</u>	<u>205.495</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	25	<u>0,92</u>	<u>0,78</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Plano de opção de compra em ações</u>	<u>Legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		314.052	(11.505)	-	45.176	41.091	(35.613)	353.201
Dividendos pagos no exercício de 2010 (R\$0,16 por ação)		-	-	-	-	(41.091)	-	(41.091)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	205.495	205.495
Destinação do lucro:								
Reserva legal		-	-	-	8.494	-	(8.494)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)		-	-	-	-	-	(16.371)	(16.371)
Dividendos intermediários (R\$0,20 por ação)		-	-	-	-	-	(53.361)	(53.361)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,20 por ação)		-	-	-	-	91.656	(91.656)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		314.052	(11.505)	-	53.670	91.656	-	447.873
Plano de opção com base em ações	20.d)	-	-	31	-	-	-	31
Dividendos pagos no exercício de 2011 (R\$0,35 por ação)		-	-	-	-	(91.656)	-	(91.656)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	242.718	242.718
Destinação do lucro:								
Reserva legal	20.c)	-	-	-	6.839	-	(6.839)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,08 por ação)	20.e)	-	-	-	-	-	(21.373)	(21.373)
Dividendos intermediários pagos (R\$0,78 por ação)	20.e)	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos intermediários propostos (R\$0,74)	20.e)	-	-	-	-	-	(195.110)	(195.110)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,04 por ação)	20.e)	-	-	-	-	9.396	(9.396)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		<u>314.052</u>	<u>(11.505)</u>	<u>31</u>	<u>60.509</u>	<u>9.396</u>	<u>-</u>	<u>372.483</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	356.477	303.025
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	62.487	56.912
Baixa do ativo imobilizado e intangível	474	188
Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	(443)	(1.624)
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	54.622	86.791
Variação monetária sobre credor pela concessão	9.513	12.689
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	10.763	6.320
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	5.913	7.540
Constituição de provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras, líquida	41.158	26.761
Tributos diferidos	3.768	9.946
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(7.331)	(3.617)
Tributos a recuperar	(145)	(134)
Despesas antecipadas	6	266
Partes relacionadas - clientes	237	-
Outros créditos e depósitos judiciais	(5.371)	(1.007)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	710	625
Obrigações sociais e trabalhistas	221	295
Impostos, taxas e contribuições a recolher	416	313
Partes relacionadas - fornecedores	5.726	(4.206)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(7.975)	(2.909)
Outras contas a pagar	1.273	(1.244)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(107.856)	(97.076)
Pagamento de manutenção e construção de obras	(45.448)	(43.671)
Juros pagos	(67.743)	(72.841)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>311.452</u>	<u>283.342</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(8.380)	(6.601)
Aquisição de intangível	(66.912)	(45.622)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(75.292)</u>	<u>(52.223)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Credor pela concessão	(12.786)	(11.895)
Títulos e valores mobiliários - vinculados	137	1.894
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	-	1.904
Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	(97.075)	(97.778)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(121.486)	(110.823)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	(130)	20
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(231.340)</u>	<u>(216.678)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>4.820</u>	<u>14.441</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.149	12.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>31.969</u>	<u>27.149</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>4.820</u>	<u>14.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	690.977	635.156
Com construção	73.342	44.561
Outras receitas	<u>34.884</u>	<u>32.307</u>
	<u>799.203</u>	<u>712.024</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(229.709)	(168.591)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(31.643)</u>	<u>(34.100)</u>
	<u>(261.352)</u>	<u>(202.691)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	537.851	509.333
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(62.487)	(56.912)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>475.364</u>	<u>452.421</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	12.019	7.758
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>487.383</u>	<u>460.179</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>487.383</u>	<u>460.179</u>
Pessoal	<u>27.807</u>	<u>26.308</u>
Remuneração direta	21.730	20.767
Benefícios	5.004	4.603
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.073	938
Impostos, taxas e contribuições	<u>141.190</u>	<u>122.280</u>
Federais	140.252	121.893
Municipais	938	387
Remuneração de capitais de terceiros	<u>75.668</u>	<u>106.096</u>
Juros	39.968	47.461
Aluguéis	35.700	58.635
Remuneração de capitais próprios	<u>242.718</u>	<u>205.495</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	21.373	16.371
Dividendos intermediários pagos	10.000	53.361
Absorção de prejuízos acumulados	-	35.613
Lucro do exercício retido	211.345	100.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 70 meses, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários - vinculados, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos circulantes, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios, as máquinas e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.8. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e credor pela concessão (vide notas explicativa nº 13, nº 14 e nº 18). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.10. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

- c) As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, que são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.11. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 19.

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber refere-se à parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas.

2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.13. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia oferece a seus empregados plano de opção com base em ações e recebe os serviços como contraprestações. O plano de opção será liquidado com as ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Vide nota explicativa nº 20.d).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica “Reserva de capital - plano de opção com base de ações”, que registrou o benefício aos empregados.

2.14. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas de operação e serviço são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.15. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, debêntures e credor pela concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

2.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.17. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.18. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.19. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC) - IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos - tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.
- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios - esclarecem que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de essas participações, que representam participações minoritárias atuais, derem a seus detentores o direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

2.20. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível às mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida na rubrica “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação - substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente, de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2) - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2) - reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2) - as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (a) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

- (1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.
- (2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs emitidas pelo IASB determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulante e não circulante, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e a suas características está descrito na nota explicativa nº 30.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível, para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma empresa relacionada que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e a provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto, de 9,62% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do exercício (vide notas explicativas nº 16 e nº 17.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 18.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	10.165	7.518
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>21.804</u>	<u>19.631</u>
	<u>31.969</u>	<u>27.149</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 110% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	<u>30.106</u>	<u>29.800</u>

Formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico (*)	26.907	31.164
Cupons de pedágio	13.837	3.328
Outras contas - receitas acessórias	<u>3.182</u>	<u>2.103</u>
	<u>43.926</u>	<u>36.595</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar".

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	43.900	36.588
Vencidos:		
Até 30 dias	14	2
De 31 a 60 dias	<u>12</u>	<u>5</u>
	<u>43.926</u>	<u>36.595</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$1.633 (R\$1.639 em 31 de dezembro de 2010), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	3.041	1.918
Adições	3.487	1.695
Baixas	(2.236)	(791)
Atualização monetária	<u>1.184</u>	<u>219</u>
Saldo no fim do exercício	<u>5.476</u>	<u>3.041</u>

9. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos de pedágio</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Imobilizado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	13.248	4.702	1.623	3.304	906	4.234	28.017
Adições	4.892	319	1.097	-	293	-	6.601
Baixas	(29)	(23)	(1)	-	-	-	(53)
Transferências	129	-	-	-	1.255	-	1.384
Depreciação	<u>(3.612)</u>	<u>(901)</u>	<u>(330)</u>	<u>-</u>	<u>(168)</u>	<u>(588)</u>	<u>(5.599)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	14.628	4.097	2.389	3.304	2.286	3.646	30.350
Adições	5.556	1.361	202	-	28	1.233	8.380
Baixas	-	-	-	-	-	(474)	(474)
Depreciação	<u>(4.507)</u>	<u>(1.026)</u>	<u>(332)</u>	<u>-</u>	<u>(196)</u>	<u>(694)</u>	<u>(6.755)</u>

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>15.677</u>	<u>4.432</u>	<u>2.259</u>	<u>3.304</u>	<u>2.118</u>	<u>3.711</u>	<u>31.501</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	5,0	5,0	17,0	-

Em 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures e do arrendamento mercantil financeiro (vide nota explicativa nº 13) ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizados R\$301 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$121 em 31 de dezembro de 2010).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2009	961.044	1.543	453	963.040
Adições	44.547	512	563	45.622
Baixas	-	(135)	-	(135)
Transferências	96	(1.480)	-	(1.384)
Amortização	(50.984)	-	(329)	(51.313)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>954.703</u>	<u>440</u>	<u>687</u>	<u>955.830</u>
Adições	64.741	2.024	147	66.912
Transferências	1.723	(1.723)	-	-
Amortização	(55.523)	-	(209)	(55.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>965.644</u>	<u>741</u>	<u>625</u>	<u>967.010</u>
Taxas anuais de amortização - %		(*)	-	20,0

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 5,26% (5,02% em 31 de dezembro de 2010).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	6.663	5.715
Provisão para manutenção e amortização do intangível	1.048	6.921
Juros capitalizados	(2.076)	(1.652)
Ônus fixo	(1.851)	(1.134)
Outros	<u>60</u>	<u>(2.241)</u>
	<u>3.844</u>	<u>7.609</u>
Ativo diferido	7.342	12.096
Passivo diferido	<u>(3.498)</u>	<u>(4.487)</u>
	<u>3.844</u>	<u>7.609</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(80.791)	(64.345)
Imposto de renda diferido	<u>(2.770)</u>	<u>(7.339)</u>
	<u>(83.561)</u>	<u>(71.684)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(29.200)	(23.239)
Contribuição social diferida	<u>(998)</u>	<u>(2.607)</u>
	<u>(30.198)</u>	<u>(25.846)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	356.477	303.025
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(121.202)	(103.029)
Juros sobre o capital próprio	7.267	5.499
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>176</u>	<u>-</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(113.759)</u>	<u>(97.530)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(109.991)	(87.584)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(3.768)	(9.946)

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.468	3.679
Cofins	2.115	1.985
PIS	458	430
ISS na fonte	413	427
Outros impostos	<u>1.172</u>	<u>689</u>
	<u>7.626</u>	<u>7.210</u>

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	892	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>191</u>	<u>1.060</u>
	1.083	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>7</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.090</u>	<u>1.915</u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante	<u>900</u>	<u>855</u>
Não circulante	<u>190</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado” e apresenta R\$1.554 e R\$843 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, e refere-se a caminhões.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	327.588	431.033
Remuneração (juros)	11.125	14.486
Custos com emissão de debêntures	<u>(2.847)</u>	<u>(4.023)</u>
	<u>335.866</u>	<u>441.496</u>
Circulante	<u>117.748</u>	<u>119.285</u>
Não circulante	<u>218.118</u>	<u>322.211</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

A Companhia efetuou pagamento de R\$162.566 no exercício de 2011 (R\$161.500 em 31 de dezembro de 2010), sendo R\$65.816 (R\$64.750 em 31 de dezembro de 2010) referentes a juros da primeira, segunda e terceira séries das debêntures e R\$96.750 (R\$96.750 em 31 de dezembro de 2010) referentes ao valor principal da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$8,77 3ª série - R\$8,37
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2012	-	-	-	119.603	(1.074)	118.529
2013	126.769	(1.145)	125.624	119.603	(1.074)	118.529
2014	<u>93.020</u>	<u>(526)</u>	<u>92.494</u>	<u>85.852</u>	<u>(699)</u>	<u>85.153</u>
	<u>219.789</u>	<u>(1.671)</u>	<u>218.118</u>	<u>325.058</u>	<u>(2.847)</u>	<u>322.211</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no exercício), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(8.925)</u>	<u>441.075</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balanco patrimonial</u>	Natureza	Ativo	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	não	circulante	circulante
<u>Companhia</u>		Créditos	Créditos	Intangível	Contas
		diversos	diversos		a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	-	40.425	1.090
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	17	13	-	8.619
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>17</u>	<u>13</u>	<u>40.425</u>	<u>9.709</u>
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>260</u>	<u>7</u>	<u>16.600</u>	<u>3.983</u>

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	<u>15.163</u>	<u>195</u>	<u>43.218</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>15.163</u>	<u>195</u>	<u>43.218</u>
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>13.620</u>	<u>-</u>	<u>38.820</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes partes relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957, deste total foram incorridos R\$183.224, restando um saldo de R\$46.733 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$58.381.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2011 em R\$838 (R\$946 em 31 de dezembro de 2010).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	511	573
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 20.d))	31	-
Participação nos resultados	<u>220</u>	<u>373</u>
	<u>762</u>	<u>946</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para manutenção	144.712	47.894	-	-	192.606
Efeito a valor presente sobre constituição	(27.894)	-	-	(6.736)	(34.630)
Realização da manutenção	(75.256)	-	(41.210)	-	(116.466)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>14.258</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.372</u>	<u>19.630</u>
	<u>55.820</u>	<u>47.894</u>	<u>(41.210)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>61.140</u>
Circulante	<u>12.418</u>	=	=	=	<u>19.911</u>
Não circulante	<u>43.402</u>	=	=	=	<u>41.229</u>

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2011</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	-	7.909
Efeito a valor presente sobre constituição	(6.041)	-	-	(6.041)
Realização da construção	-	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.758</u>	<u>-</u>	<u>541</u>	<u>4.299</u>
	<u>5.626</u>	<u>(4.238)</u>	<u>541</u>	<u>1.929</u>
Circulante	<u>3.697</u>	=	=	<u>-</u>
Não circulante	<u>1.929</u>	=	=	<u>1.929</u>

18. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas fixas	68.646	72.049
Parcelas variáveis	<u>2.116</u>	<u>1.986</u>
	<u>70.762</u>	<u>74.035</u>
Circulante	<u>15.663</u>	<u>14.603</u>
Não circulante	<u>55.099</u>	<u>59.432</u>

De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2011, restam 76 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 68,33% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o desconto no valor de R\$5.315, somado à atualização monetária do direito de outorga, no valor de R\$4.198, e foi totalizado o valor líquido de R\$9.513 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

O Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA; no entanto, as demais correções utilizadas pela Concessão serão mantidas pelo IGP-M, se verificado o desequilíbrio econômico da Concessão, poderá haver o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia, como cossegurados, e possuem prazo mínimo de vigência de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	-	11.553
2013	12.477	10.842
2014	11.394	9.901
2015	10.406	8.258
Posteriores a 2016	<u>20.822</u>	<u>18.878</u>
	<u>55.099</u>	<u>59.432</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	8.646	2.853	(820)	1.003	11.682
Tributária (b)	518	503	(540)	45	526
Trabalhista (c)	<u>4.235</u>	<u>1.443</u>	<u>(1.549)</u>	<u>473</u>	<u>4.602</u>
	<u>13.399</u>	<u>4.799</u>	<u>(2.909)</u>	<u>1.521</u>	<u>16.810</u>

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2011</u>
Cível (a)	11.682	2.143	(5.424)	3.152	11.553
Tributária (b)	526	1.379	(221)	85	1.769
Trabalhista (c)	<u>4.602</u>	<u>2.909</u>	<u>(2.330)</u>	<u>1.095</u>	<u>6.276</u>
	<u>16.810</u>	<u>6.431</u>	<u>(7.975)</u>	<u>4.332</u>	<u>19.598</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R\$4.921 (R\$2.681 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.944 (R\$12.461 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal demanda refere-se a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, tendo sido o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação aos juros proporcionais.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.795 (R\$8.043 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia concede a alguns executivos plano de opção em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar os membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e empregados-chave que não sejam administradores estatutários da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$31.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no exercício, no valor de R\$21.373 (R\$3.206 de IRRF), os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$101.656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$10.000 relativos aos lucros intermediários de 2011 e R\$91.656 referentes ao lucro do exercício de 2010.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	<u>31/12/2011</u>
Prejuízos acumulados	-
Lucro líquido do exercício	242.718
Constituição da reserva legal	<u>(6.839)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>235.879</u>
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários pagos	10.000
Juros sobre o capital próprio pagos	21.373
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.206
Dividendos intermediários propostos (*)	<u>195.110</u>
Dividendos adicionais propostos - classificados como reserva de lucros	<u>9.396</u>

(*) Conforme Reunião do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2011, foram aprovados dividendos de R\$195.110, com base no balanço intermediário de 30 de novembro de 2011.

21. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$32.455 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2011, o valor total compensado foi de R\$241.659 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	282.966	283.605
Pedágio por equipamento eletrônico	359.436	301.262
Vale-pedágio e pedágio em cupons	47.644	49.364
Outras	<u>931</u>	<u>925</u>
	690.977	635.156
Receitas com construção	73.342	44.561
Receitas acessórias (*)	<u>34.884</u>	<u>32.307</u>
Receita bruta	799.203	712.024
Deduções de receita	(27.431)	(24.750)
Receita líquida	<u><u>771.772</u></u>	<u><u>687.274</u></u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pessoal	27.807	26.308
Conservação e manutenção	15.940	18.812
Serviços de terceiros (*)	73.434	65.208
Seguros	4.083	4.333
Poder Concedente	36.005	26.456
Provisão para manutenção	41.176	19.222
Custos com construção	73.342	44.561
Depreciação e amortização	62.487	56.912
Locações	2.536	2.833
Outros	<u>14.835</u>	<u>15.569</u>
	<u>351.645</u>	<u>280.214</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	307.427	234.858
Despesas gerais e administrativas	<u>44.218</u>	<u>45.356</u>
	<u>351.645</u>	<u>280.214</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	8.517	7.490
Variação monetária sobre debêntures	3.425	232
Outras	<u>77</u>	<u>36</u>
	<u>12.019</u>	<u>7.758</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(39.924)	(47.459)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	(44)	(2)
Variação monetária sobre debêntures	(16.903)	(38.198)
Variação monetária sobre direito de outorga	(9.513)	(12.689)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.176)	(1.364)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de concessão	(5.913)	(7.540)
Outras	<u>(2.195)</u>	<u>(4.541)</u>
	<u>(75.668)</u>	<u>(111.793)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(63.649)</u>	<u>(104.035)</u>

25. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,92</u>	<u>0,78</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	242.718	205.495
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>262.504</u>	<u>262.452</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.305 (R\$1.440 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 13 e nº 14, deduzidos de caixa e bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida (i)	336.956	443.411
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(62.075)</u>	<u>(56.949)</u>
Dívida líquida	<u>274.881</u>	<u>386.462</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>536.790</u>	<u>447.873</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,51</u>	<u>0,86</u>

- (i) A dívida é definida como arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.
- Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	43.926	43.926
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	21.804	21.804
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	14.735	14.735
Arrendamento mercantil financeiro	Custo amortizado	1.090	1.090
Debêntures (iii)	Custo amortizado	335.866	337.888

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme Preço Unitário - PU, atualizado em 31 de dezembro de 2011.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$36.907 (R\$31.164 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 em diante</u>
Arrendamento mercantil financeiro	16,71% a.a.	900	190	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	15.663	12.477	11.394	31.228
Debêntures	IGP-M + 9,5% a.a.	117.748	125.625	92.493	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	13.157	15.524	17.862
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	51.139	55.851	60.560

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	11,60%	14,50%	17,40%
IGP-M (b)	5,10%	6,38%	7,65%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 31 de dezembro de 2011.

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$151 (R\$130 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u> <u>R\$ mil</u>
Seguro-garantia	Maio de 2011 a maio de 2012	244.471
“All Risks” - Responsabilidade civil	Maio de 2011 a maio de 2012	712.122
Responsabilidade civil	Maio de 2011 a dezembro de 2012	5.000
Riscos patrimoniais	Maio de 2011 a maio de 2012	3.292.086

30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita de construção	73.342	44.561
Custos de construção	<u>(73.342)</u>	<u>(44.561)</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$433.613 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.



Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Federico Botto
Diretor Presidente

José Carlos Cassaniga
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades em 29 de maio de 1998. Resultado atingido através do planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional. A concessão do trecho de 176,8 quilômetros, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, investimentos, como a construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação de rodovias e implantação de marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecovias dos Imigrantes, firma o seu compromisso na melhoria contínua prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável, com o objetivo de uma empresa modelo do setor de rodovias.

Por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes agradece aos seus acionistas diretos e indiretos, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Estas práticas são apresentadas na nota nº 2 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta atingiu R\$ 799,2 milhões em 2011.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
Receita de pedágio	691,0	635,2	8,8%
Receitas acessórias	34,9	32,3	8,0%
Receita de construção	73,3	44,5	64,7%
Total	799,2	712,0	12,2%

- **Receita de Pedágio:** em 2011 a receita de pedágio atingiu R\$ 691,0 milhões, crescimento de 8,8% em comparação ao ano de 2010, sendo responsável por 86,5% da receita total da concessionária.

- **Receitas Acessórias:** estas receitas acessórias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

TRÁFEGO

O tráfego total em veículos equivalentes pagantes totalizou 56,6 milhões em 2011. O tráfego de veículos de passeio correspondeu a 56,4% do tráfego total.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida atingiu R\$ 771,8 milhões em 2011. As deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 27,4 milhões em 2011. A receita líquida sem os efeitos do ICPC 01 foi de R\$ 698,5 milhões.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011, os custos e despesas consolidados atingiram R\$351,6 milhões.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
Pessoal	27,8	26,3	5,7%
Conservação e manutenção	15,9	18,8	-15,4%
Serviços de terceiros	73,4	65,2	12,6%
Poder Concedente, seguros e locações	42,6	33,6	26,8%
Depreciação e amortização	62,5	56,9	9,8%
Provisão para manutenção	41,2	19,2	114,6%
Provisão para construção de obras	73,3	44,6	64,3%
Outros	14,9	15,6	- 4,5%
TOTAL	351,6	280,2	25,5%

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas do negócio foram decorrentes: (i) aumento da despesa de amortização devido a conclusão de novas obras e (ii) aumento da provisão de custo futuros de manutenção rodoviária e no custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 523,8 milhões, um crescimento de 8,4% em relação aos R\$ 483,2 milhões obtidos em 2010. A Margem EBITDA Ajustada foi de 75,0%, apresentando uma redução de 0,2 pontos percentuais.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2011, o EBITDA totalizou R\$ 482,6 milhões, um crescimento de 4,0% em relação aos R\$ 463,9 milhões obtidos em 2010.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 62,5% em 2011, uma redução de 5,0 pontos percentuais em relação 2010.

EBTIDA Ajustado sem IFRS			
(em milhares de R\$)	2011	2010	Var.
EBITDA IFRS	482,6	464,0	4,0%
Receita de construção	(73,3)	(44,6)	-64,3%
Custos com construção	73,3	44,6	64,3%
Provisão para manutenção	41,2	19,2	114,6%
EBTIDA Ajustado	523,8	483,2	8,4%
Margem EBITDA Ajustada	75,0%	75,2%	-0,2 p.p

EBTIDA IFRS			
(em milhares de R\$)	2011	2010	Var.
Lucro líquido	242,7	205,5	18,1%
Depreciação e amortização	62,5	56,9	9,8%
Resultado financeiro	63,6	104,0	-38,8%
Imposto de renda e contribuição social	113,8	97,5	16,7%
EBTIDA IFRS	482,6	463,9	4,0%
Margem EBTIDA IFRS	62,5%	67,5%	-5,0 p.p

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2011 foi uma despesa de R\$ 63,6 milhões. As principais variações são o registro da variação monetária passivas das debêntures e dos direitos de outorgas das concessões.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2011, o lucro líquido atingiu R\$ 242,7 milhões (margem líquida de 31,4%), superior em 1,5 ponto percentual quando comparado com o mesmo período de 2010.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou dezembro de 2011 com saldo de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados de R\$ 62,1 milhões. A dívida bruta da Ecovias atingiu R\$ 337,0 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Endividamento					
(em milhões de R\$)	31/12/2011	31/12/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures	335,9	441,5	-23,9%	IGP-M + 9,50% a.a / 104,00% CDI	nov/14
Arrendamento Mercantil Financeiro	1,1	1,9	-42,1%	de 1,20% a 1,45% a.m.	de setembro – 2012 a junho - 2013
Divida Total	337,0	443,4			
Caixa e equivalentes de caixa	32,0	27,1			
Aplicação financeira vinculada (**)	30,1	29,8			
Divida Líquida	274,9	386,5			

Série	Valor do Principal	Juros
1ª série	135.000	104,00% do CDI
2ª série	157.500	9,50%+IGPM
3ª série	157.500	9,50%+IGPM

** Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários"

INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na Ecovias, em 2011, foram de R\$ 75,3 milhões, 44,2% superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior onde totalizaram R\$ 52,2 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecovias dos Imigrantes está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, pauta suas ações com base na ética, na transparência, na responsabilidade, no respeito e no tratamento equânime com todos os seus *stakeholders*. A Companhia busca consolidar os princípios do compartilhamento de controle, valores e ideais em suas Unidades de Negócio e disseminar os conceitos e as práticas da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, essenciais para o sucesso do negócio. A gestão corporativa está alicerçada em dois órgãos: Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Pela própria natureza de suas atividades - prestação de serviços públicos, a empresa tem como premissa o investimento constante em ações que gerem valor para todos os públicos com os quais se relaciona e promovam o desenvolvimento do País. Dentro da gestão da concessionária e do grupo destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticadas, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC - Balanced Scorecard e EVA®.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2011, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela terceira vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da

Revista Exame/Você S.A, entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional e no Ranking das 100 Melhores Empresas para se Trabalhar pela Revista Época /Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A política socioambiental da EcoRodovias, que se estende à Ecovias dos Imigrantes, determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de responsabilidade social existentes em cada uma das concessionárias de rodovias, aonde são levantadas e solucionadas pendências para se atingir um crescente nível de eficiência socioambiental. A Ecovias dos Imigrantes orgulha-se de ser a primeira concessionária de rodovias no mundo certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além de possuir a ISO 9001 de qualidade. O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental, voltado à educação ambiental de crianças e jovens inclui palestras para professores das escolas, instruindo os participantes em como trabalhar a questão do lixo em sala de aula e eventos que incluem a teoria dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Além do Ecoviver, a Ecovias dos Imigrantes possui outros programas de responsabilidade socioambiental, tais como: Papai Noel Existe - campanha de doação de brinquedos à crianças carentes; Usina de Asfalto Ecológico - produção de asfalto borracha que reutiliza pneus velhos que seriam descartados e causariam prejuízo ao meio ambiente; programas e o programa Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo a necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 224 mil crianças em mais de 24 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS. Adicionalmente a Companhia contratou serviços de seus auditores para o processo de oferta pública de ações.

As informações no comentário de desempenho nos primeiros nove meses do ano sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Margem EBITDA ajustada, EBITDA IFRS, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.